

Acolhimento institucional no município de Serra (ES): desconstruindo vilões e mocinhos / *Institutional shelter in the city of Serra (ES): deconstructing villains and good guys*

DENISE CARLA GOLDNER COELHO*

GILEAD MARCHEZI TAVARES***

JANICE DO CARMO****

Resumo: O artigo discute a política de atenção à criança e ao adolescente do município de Serra (ES), efetuando uma análise das tramas dessa política que mantêm e atualizam a forma-abrigo naquele município. Procurou-se conhecer seus discursos/práticas, seus desdobramentos e seus movimentos de resistências. A análise é fruto de pesquisa intervenção na qual os trabalhadores sociais da área foram os parceiros convidados: pais e mães sociais, educadores, assistentes sociais, psicólogos e conselheiros. Foram realizadas visitas aos 15 estabelecimentos de serviço de acolhimento institucional; três encontros com os atores da política; e, por fim, um encontro de restituição. O discurso dos trabalhadores aponta diversos “vilões”: o “abrigo-lobo”, a “família desestruturada”, o judiciário lento, o conselho tutelar omissivo. Convidar os atores a discutir a forma-abrigo foi a oportunidade de provocar estranhamentos em sua prática, desnaturalizando as formas dicotômicas de conceber o abrigo, a criança, a família e a política.

Palavras-chave: acolhimento institucional; risco social; pesquisa intervenção.

Abstract: The paper discusses the politics of child and teenagers care of the city of Serra (ES), performing an analysis of plots of this policy that maintain and update the form-shelter in that town. It was sought to know their speeches/practices, their developments and movements of resistance. The analysis is the result of intervention

* Mestre em Psicologia Institucional, Psicóloga da Gerência de Gestão da Assistência Social do Município de Serra/ES

** Doutora em Psicologia, Professora Adjunta do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da UFES

*** Psicóloga, Mestranda em Psicologia Institucional da UFES

research in which social workers of the area were invited partners: social parents, educators, social workers, psychologists and counselors. The fifteen institutional shelter service establishments were visited; there were three meetings with the actors of the policy; and, finally, a restitution meeting. The speech of the workers points to several “bad guys”: the “shelter-wolf”, the “dysfunctional family”, the slow judiciary, the neglectful child protection council. Inviting the actors to discuss the form-shelter was the opportunity to provoke estrangement in their practice, denaturalizing dichotomous ways of conceiving the shelter, the child, the family and the politics.

Keywords: institutional shelter, social risk, intervention research.

Este artigo quer dar passagem aos ruídos de estranhamento que se insurgem no município de Serra/ES no que tem se configurado como política de atenção à criança e ao adolescente, em especial, nos abrigos. Estes carregam em sua história as marcas da assistência social que, por muitos anos, teve como efeito o engajamento das famílias pobres na ideia de que eram incompetentes na criação de seus filhos, inspirando-os a “deixar” os mesmos serem “assistidos” nas rodas de expostos, nas unidades de internação para menores (como a Fundação Estadual do Bem-estar do Menor – Febem) e em tantas outras estruturas de modelo carcerário amplamente discutidas no livro *Lobo em pele de cordeiro – manicômios do contemporâneo: uma contribuição para se pensar abrigos de crianças* (COELHO, 2007). Com a emergência deste e de outros trabalhos que discutem a questão dos Serviços de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes têm se (re)produzido discursos carregados de culpabilização e de “vilanização” dos abrigos, ou seja, discursos que fazem emergir posturas dicotômicas, binárias, de se ver a questão. Assim como Coimbra e Nascimento (2001), acreditamos que cada conceito que se opõe a outro – como, teoria e prática, saber e poder, vilão e mocinho – encerra uma delimitação e uma identidade, pressupondo que seria possível distingui-los, separá-los e identificar suas naturezas.

Desse modo, buscamos romper com a lógica binária que coloca em cena o “bem” ou o “mal”, evidenciando práticas sociais cotidianas que apontam para produções de formas rígidas, mortificadoras, mas que também atuam na expansão da vida, na invenção de novos modos de ser dentro dos abrigos. Ensejamos com este artigo catalisar o sentido das políticas públicas de atenção à criança e ao adolescente, utilizando os abrigos como analisadores capazes de “extrair as variações que não cessam de passar” (KASTRUP; BARROS, 2009, p. 78). A tentativa fez-se no sentido de investigar as tramas dessa política que mantêm e atualizam a proposta abrigo no município de Serra/ES, procurando conhecer seus discursos/práticas, seus desdobramentos e as possibilidades de escape a esses processos. Assim, não cabe, neste espaço, julgamentos acerca do trabalho desenvolvido pelos serviços de acolhimento institucional do município:

(...) pois não acreditamos que os discursos se mantenham isolados ou que se deem a partir de simples relações causa/efeito, mas que se produzem a partir de múltiplas relações de saber/poder que perpassam e vão dar cor ao funcionamento daquilo que se toma por verdade (HADLER; GUARESCHI, 2010, p. 21).

A pobreza e a vulnerabilidade na constituição da assistência à infância e à adolescência

Nas tramas da política de assistência à infância e à adolescência emergem vulnerabilidade, exclusão, risco, políticas públicas, todos entrelaçados, constituindo formas de ver e pensar a criança. A assistência social define como seu público-alvo os cidadãos e os grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos. A vulnerabilidade social, segundo as Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS (BRASIL, 2005 – conceito inalterado na nova versão), é decorrente da pobreza, da privação (entendida como ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos

afetivos, sejam eles relacionais ou de pertencimento social, sendo considerada a combinação de diversas características da população (infraestrutura de moradia, renda per capita, anos de escolaridade, presença de crianças, idosos e/ou deficientes) para compor a Taxa de Vulnerabilidade de determinado território. Os riscos, por sua vez, dizem respeito à dimensão da precarização.

A proteção social de assistência social se ocupa das vitimizações, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e riscos que o cidadão, a cidadã e suas famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida por decorrência de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofensas à dignidade humana (BRASIL, 2005, p. 15).

Silva (2004) afirma que os indicadores sociais mostram que a população infanto-juvenil é a parcela mais exposta à exclusão social em nosso país e para o município sede de nossa pesquisa não é diferente. Serra tem 553 km², que compõem a Região Metropolitana de Vitória/ES. Após sofrer explosão demográfica no final do século passado (segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 17 mil habitantes na década de 1970, chegou a 409 mil em 2010), passou a contar com muitos núcleos populacionais em áreas frágeis. Desprotegidas e de difícil urbanização devido à necessidade de elevados investimentos, tais áreas tornaram-se grandes focos de pobreza.

A exclusão social – relacionada ao modelo socioeconômico e às condições de vida – traz à pauta a periculosidade e a necessidade de esterilização da população pobre. Rizzini e Pilotti (2009), por exemplo, ao analisarem as políticas dirigidas à criança no Brasil, relatam que sua organização denunciava a necessidade de controlar a população pobre, visto que a mesma era considerada perigosa. Tal análise também é feita por Coimbra e Nascimento (2005), que afirmam que o capitalismo produz ao mesmo tempo a riqueza e a miséria, e esta, a partir de alguns efeitos forjados hoje em nosso mundo globalizado, passa a ser percebida cada vez mais como perigo social, gerando para a população pobre o estigma de classe criminosa. Dizem:

Todas essas teorias estabelecem/fortalecem a relação entre vadiagem/ ociosidade/indolência e pobreza, bem como entre pobreza e periculosidade/violência/criminalidade. Mesmo autores mais críticos, ao longo dos anos, têm caído nesta armadilha de mecanicamente vincular pobreza e violência, a partir de estudos baseados nas condições estruturais da divisão da sociedade em classes sociais e no antagonismo e na violência resultantes dessa divisão (COIMBRA; NASCIMENTO, 2005, p. 344).

São os bairros de periferia que ganham estigma de ser violentos, dominados pelo narcotráfico e extremamente perigosos, criando a percepção de que seus moradores são os agentes dos grandes males sociais. Para tirar as crianças deste meio social, retirá-las da rua, foram criados programas de jornada ampliada, nos quais a criança frequenta a escola num turno e noutro frequenta um espaço que deve lhe oferecer atividades diversas e alimentação. Segundo Tassara (2004), os projetos sociais visam a “igualdade entre os homens”, porém, uma igualdade baseada na idealização do homem burguês, classe média, ocidental, contemporâneo, que exclui o outro por diversas razões, sejam elas de valores, raça, cultura, preferências sexuais. Adverte, ainda, que estes projetos influenciam as políticas públicas e a transformação social, sendo assim necessário se questionar o que se pretende transformar e quais são o objeto e o objetivo da transformação.

Tal conjunto de questões, quando aplicado às políticas de assistência à criança e ao adolescente em “situação de risco social”, gerou, muitas vezes, propostas preocupadas em afastar a infância da rua, do convívio social malvisto na comunidade, promovendo muitas vezes o isolamento. Assim se constituem os abrigos, os projetos de abordagem de rua, as jornadas ampliadas e tantos outros serviços assistenciais, que, se embarcarem na proposta de limpeza social e tutela infantil, não passarão de “lobos em pele de cordeiro”, permitindo-se a perpetuação de serviços e programas “depósito”, como “medida de proteção”, acentuando-se a falta de oportunidades para a construção de novas e diferentes perspectivas de vida (COELHO, 2007).

O município de Serra/ES e a rede de proteção

À medida que a população em meio a precárias condições de vida foi crescendo em Serra, aumentou também a necessidade de políticas públicas que pudessem garantir a esse grande contingente populacional o acesso aos direitos constitucionais: saúde, educação, habitação etc. Em 1992 criou-se o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e logo em seguida o Conselho Tutelar, que juntos, a partir de 1996, começaram a desenhar a política pública de atenção à infância e à juventude no município.

A preocupação inicial foi de regularizar os projetos existentes segundo as normas estabelecidas pela legislação vigente e implantar programas de prevenção, com base na ideia de que a rua é um lugar de perigo, e que estando nela, as crianças e os adolescentes viveriam em situação de risco.

Hoje, mais de 80% dos projetos que possuem registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para compor as Políticas Públicas de Atenção à Infância e à Adolescência são serviços de acolhimento institucional (os antigos abrigos para crianças em situação de vulnerabilidade ou risco) ou jornadas ampliadas. Estas se configuram como serviços de convivência e fortalecimento dos vínculos muito comuns no município, geralmente implantados em bairros com alto índice de pobreza e de criminalidade. Como projetos da área de assistência social, atendem crianças e adolescentes desenvolvendo atividades socioculturais e de reforço escolar em horário complementar, de forma que seu usuário seja atendido institucionalmente o dia inteiro: num período na escola e no outro em projeto de jornada ampliada. A rede assistencial do município configurava-se, em 2010, por 4 abrigos institucionais¹

¹ Residência que desenvolve programa específico de abrigo de curtíssima duração, onde se realiza diagnóstico eficiente com vistas à reintegração familiar (de origem ou substituta). Atende, em regime integral, grupos de até 20 crianças e adolescentes afastados do convívio familiar em função de abandono ou cujas famílias e responsáveis encontrem-se temporariamente impedidos de cumprir sua função de cuidado e proteção. O abrigo institucional também é reconhecido pela nomenclatura Casa de Passagem.

e 9 casas lares,² que juntas somavam 169 vagas (todas quase que permanentemente preenchidas), o maior número em serviços de acolhimento institucional do estado do Espírito Santo.

Segundo Rizzini e Pilotti (2009), a partir da prática de se recolher crianças em asilos, constituiu-se uma “cultura institucional” enraizada no Brasil, que se faz presente até a atualidade na forma de assistir crianças e adolescentes.

O recolhimento, ou a institucionalização, pressupõe, em primeiro lugar, a segregação do meio social a que pertence o “menor”; o confinamento e a contenção espacial; o controle do tempo; a submissão à autoridade – formas de disciplinamento do interno, sob o manto da prevenção de desvios ou da reeducação dos regenerados (RIZZINI; PILOTTI, 2009, p. 20).

Ao participarmos da/na formação da rede de assistência à criança e ao adolescente de Serra, percebíamos que o cenário provocava posicionamentos dicotômicos em relação aos Serviços de Acolhimento Institucional: ao mesmo tempo em que crescia continuamente o número de abrigos, apontados como a prioridade de investimento no município, havia uma queixa explícita de que eles não resolviam a “situação de risco pessoal e social” da infância e da adolescência. O debate não se ampliava, nem se ultrapassava, ao contrário promovia o retorno ao mesmo angustiante impasse: na definição de abrigo bom e de abrigo ruim, na ideia de se constituir como instrumento de acolhida a crianças e adolescentes em “situações de risco extremo”, protegendo-os, garantindo-lhes o direito à dignidade ou de ser um imenso gasto para os cofres públicos sem uma mudança efetiva na sociedade.

² Assim como o abrigo institucional, a Casa Lar também é uma modalidade de acolhimento institucional oferecido em unidades residenciais, com trabalho de diagnóstico com vistas a reintegração familiar (de origem ou substituta). As casas lares, por sua vez, têm a estrutura de residências privadas, podendo estar distribuídas tanto em um terreno comum, quanto inseridas, separadamente, em bairros residenciais, com pelo menos uma pessoa ou casal trabalhando como cuidador residente – em uma casa que não é a sua – prestando cuidados a um grupo de no máximo dez crianças e/ou adolescentes.

Os abrigos, criados em determinado momento histórico e contexto geográfico, são vistos, muitas vezes, como naturais, universais e perenes. Com todas as disparidades de ação, as políticas de governo ainda apostam que o bom cuidado da criança se dá nos abrigos, mesmo que haja denúncias de maus-tratos, de abuso sexual, de evasões, de tortura psicológica. São considerados “respostas perfeitas”, que parecem não depender do momento histórico que as engendraram, constituindo-se como barreira a outras formas instituintes.

Por outro lado, em muitos momentos aos abrigos restava a culpa de engessarem as ações de atenção à infância e à adolescência estando na contramão de todos os diplomas legais em vigência, que determinam assegurar às crianças e aos adolescentes o direito à convivência familiar e comunitária. Com a proposta incessante de novas vagas em abrigos, a rede de política de atendimento se vê desmobilizada e despotencializada. Desse modo, ora o serviço de acolhimento institucional é visto como mocinho – aquele que vai solucionar o problema das crianças que necessitam ser acolhidas, ora como vilão – que monopoliza os recursos e a atenção da rede de atenção à criança e ao adolescente.

Acreditamos que os serviços de acolhimento institucional não se fazem bons ou maus, vilões ou mocinhos em si mesmos. Não são as paredes do abrigo que definem suas práticas/discursos. Ao contrário, são as práticas e os discursos que constituem o abrigo: suas paredes, suas formas, suas aberturas e seus cadeados. Compõem também suas crianças e seus trabalhadores sociais. Tais serviços estão emaranhados nas marcas dos manicômios, das rodas de expostos, das Fundações Estaduais do Bem-estar do Menor (Febems) e de uma política que “resolvia” os incômodos sociais por meio de atitudes policialescas e normatizadoras, que cerceava a vida, enclausurando-a, produzindo dor e sofrimento.

Desse modo, este artigo é fruto de uma pesquisa intervenção que se propôs a intervir nas formas-abrigos. Para tanto, os

trabalhadores sociais da área foram os parceiros convidados: pais e mães sociais (educadores sociais que residem com as crianças e adolescentes acolhidos), educadores, assistentes sociais, psicólogos, berçaristas, professores, vigias, comissários, conselheiros. Guattari e Rolnik (1999) chamam os trabalhadores sociais em geral de “tiras”, por ocuparem a posição de reforço dos sistemas de produção de massa, em que a subjetividade é fabricada e modelada, levando a uma produção ininterrupta de culpabilização, segregação e infantilização. Essa construção se percebe, em especial, na área de assistência à criança e ao adolescente. O discurso aponta diversos “vilões”: o abrigo-lobo, a família desestruturada, o Judiciário lento, o Conselho Tutelar omissivo etc. Convidar esses atores a discutirem a forma abrigo era a oportunidade de provocar estranhamentos em sua prática, desnaturalizando as formas dicotômicas de conceber não só o abrigo, como também a criança, a família, o trabalho, a política de atenção. Desnudando a instituição “abrigo” de seu formato vilão ou mocinho.

Partindo da história dos movimentos e da processualidade da política pública de atenção à criança e ao adolescente de Serra, realizamos visitas aos 13 estabelecimentos que prestavam serviço de acolhimento institucional no município – este passo da pesquisa foi denominado “estar nos abrigos”, pois não se restringia a ver por interesse ou inspecionar, vistoriar. O que se desejava era compor, fazer parte desses territórios, engajar-se neles. Em sequência, foram realizados três encontros com os atores da política de atenção à infância e à adolescência e, por fim, um encontro de restituição. Em todas as fases, foram respeitadas as normas éticas regulamentadoras de pesquisas, envolvendo seres humanos que constam na Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, conforme aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo.

O estar nos abrigos

A visita foi um momento de estar nos abrigos: possibilitar composições, fazer parte, vivenciar alguns momentos em seu

cotidiano, participar de suas atividades, de suas conversas, de suas brincadeiras, do seu silêncio. Produzir dados para a pesquisa, detectando signos e forças circulantes, pontas do processo em curso, utilizando-se do método cartográfico. Segundo Kastrup (2007), no método cartográfico, o pesquisador trabalha com a atenção flutuante e com os fragmentos desconexos, num gesto de “deixar vir”, de encontrar o que não se conhecia, o que já está ali como virtualidade. Nesta proposta, o pesquisador tem que se surpreender, sustentar a questão do não saber. O “estar nos abrigos” não estava à procura de representações, queria o escoamento, a processualidade.

A vinculação da pesquisadora na área, que já desempenhou a função de psicóloga e de coordenadora de um Serviço de Acolhimento e participa ativamente da rede de serviços de atenção à criança e ao adolescente do município, por um lado, facilitou o contato e a acolhida nos serviços de acolhimento institucional, por outro, se tornou um entrave para a análise do material, pois era muito mais fácil ver o que se repetia... Difícil era perceber o que havia de processo temporal, de acontecimentos. Era um olhar viciado, um olhar banalizado, sujo pelo hábito. Desfazer-se das amarras, tentar ver o que de tão visto já não se conseguia mais ver foi um grande desafio.

Esta etapa iniciou-se com o agendamento das visitas. Assim, por meio de contato telefônico era marcado o melhor dia para que pudéssemos efetivar o contato pessoalmente. A acolhida era realizada por um profissional de referência do abrigo e, mesmo já sendo do conhecimento das entidades, a proposta do trabalho era apresentada a cada novo abrigo visitado. Na oportunidade, era também apresentada outra pesquisadora de iniciação científica que participou da investigação. A visita a dois foi uma possibilidade de descoberta, pois os olhos despidos de vivência na área da aluna de iniciação científica, com suas dúvidas, desmascaravam situações vividas no abrigo até então como naturais.

As visitas não apresentaram nenhuma homogeneidade: cada casa tinha uma dinâmica diferenciada. Houve abrigos em que ficamos

em espaços reservados; em outros, ficávamos na área onde estavam as crianças e os adolescentes a brincar, a trabalhar, a se alimentar e/ou a estudar. Ao mesmo tempo em que assistíamos ao movimento incessante dos abrigados, conversávamos com alguém do abrigo: ora uma criança, ora um adolescente, ora o pai social, ora a mãe social, ora a coordenadora, ora a presidente da entidade, ora a assistente social, ora a estagiária. Cada abrigo tinha uma composição, uma organização funcional. Sentiam, na maioria das vezes, uma grande necessidade de falar dos casos do abrigo, da realidade de vida das crianças, das dificuldades enfrentadas, das vitórias da entidade. A conversa rolava no sentido de discutir política, assistência, organização comunitária. Algo mais tocou tais encontros de modo que a reflexão, o incômodo, a denúncia vinham na sutileza de cada nova conversa, fosse com profissionais, pesquisadores, famílias, crianças... Nenhum de nós está imune a tantas capturas do cotidiano, mas também não estamos impotentes a novas possibilidades.

Os encontros com os trabalhadores da área de acolhimento institucional

Todos os trabalhadores sociais envolvidos na execução dos serviços de acolhimento institucional foram convidados: pais e mães sociais, psicólogos, auxiliares de serviços gerais, assistentes sociais, cuidadores residentes, cozinheiras, enfermeiros, educadores sociais, estagiárias, presidente da entidade, auxiliares administrativos ou qualquer outra pessoa ligada aos 13 serviços, que desejasse compartilhar os momentos de discussão acerca da função política do abrigo. O que poderia chegar a cem pessoas em cada encontro, nunca passou de dez presenças. A participação é uma questão aqui colocada, não como necessidade para a pesquisa, pois cada um dos presentes é uma multidão, como afirma Fuganti (2009) no “(...) mais profundo do nosso ser e na mais superficial das nossas superfícies de ser, somos não uma unidade ou identidade formal como um eu,

mas multiplicidades singulares sem sujeito” (p. 7). A participação torna-se aqui uma prática política.

Coimbra e Nascimento (2007), analisando as práticas de esvaziamento político, apontam que a velocidade que domina o mundo atual tem produzido encontros superficiais, apressados, de pouco acolhimento e solidariedade, em que o coletivo tem se esvaziado. Os espaços coletivos vão perdendo o lugar nas agendas, tornando-se cada dia mais difíceis de se sustentarem.

Os três encontros foram realizados com a participação dos trabalhadores sociais dos serviços de acolhimento do município. O trabalho de grupo, entendido aqui como dispositivo de análise, foi uma estratégia de produção coletiva de “dados”, que possibilitou a emergência de acontecimentos, descristalizando papéis e lugares (HECKERT et al., 1999).

Para o primeiro encontro, planejou-se uma apresentação da proposta da pesquisa e, como disparadora de questões, a apresentação da história da política de atenção à criança e ao adolescente no Brasil. Mas qual a surpresa? O que provocou o grupo a indagar a sua ação não foi o conteúdo da apresentação, mas sim a técnica de apresentação realizada. Nela os participantes falaram das relações que fazem entre cor e abrigo, entre horário e abrigo, comida e abrigo, pessoa e abrigo... Enfim, ao pensar no local de seu trabalho, quais as cores, alimentos, horários que ficavam na lembrança.

Falar do horário, principalmente, trouxe muito incômodo, pois foi lembrado o fim do dia, a chegada da noite, quando todos vão embora (todas as outras pessoas que circulam nos abrigos durante o horário comercial) e o abrigo sossega, como um lugar vazio... Aparece no grupo a fala de uma criança que resume tudo: “você saem e eu fico”. O que incomodou os participantes foi a percepção do aprisionamento da vida, a falta de lugar para as crianças, pois o que eles entendem como lugar de trabalho é exatamente onde aquelas

crianças estão acolhidas, seu lar. Acolhidas e abandonadas todo final de dia. A questão “acolhimento” entrou em cheque.

A multiplicidade de cores também esteve presente... O preto, o branco, o cinza, o pardo, o verde e o azul... O pardo, o preto e o branco eram citados com relação à cor da pele. Também se falava – principalmente as pessoas que estão há menos tempo na área – em enxergar inicialmente ‘um preto’ de falta de oportunidade, estigmatização, imagem ruim do abrigo e depois foi indo numa direção do branco, estando “mais ou menos hoje pro lado do cinza”. Outros associam o preto à falta de oportunidade: “o preto é a ausência de cor, tendo em contrapartida o branco que é a mistura de todas as cores”, ou seja, a própria multiplicidade...

As cores se misturam, assim como os seus sentidos: ao mesmo tempo em que falavam do feio, do bonito; do restrito, do múltiplo; falava-se também de azul, de tranquilidade, de serenidade, de calma; de verde... São composições que se mostram possíveis no abrigo. Convivem junto se aproximando, se tensionando...

O segundo encontro foi marcado por intenso debate acerca do conceito de risco social. Tal discussão causou grande impacto ao se perceber que o chamado risco era muito mais utilizado como um “decalque” que se coloca numa pessoa. Nos abrigos, colamos, vemos e encaminhamos a criança olhando para seu decalque “risco” e quanto mais falamos de seu decalque menos vemos a criança. Assim, logo a criança desaparece.

A voz dos especialistas, as teorias do desenvolvimento e da educação enunciam para o risco previsibilidade e miséria. Segundo Baptista (2001), as luzes da cidade e a voz dos especialistas transformam os corpos em individualidades despolitizadas do cotidiano e da história, transformando vidas em previsibilidade, fixando retidão de destino.. “Cárcere que aprisiona e protege por meio de sólidas fronteiras de predestinação” (BAPTISTA, 2001, p. 200). Ao discursarem sobre a vida da criança em “situação de risco”, a

única coisa que lhe resta é o acolhimento institucional. Pois, em geral, o que se fala é da “falta”. Diferentemente do discurso presente nas visitas aos abrigos, quando as pessoas falavam dos casos (naqueles em que a vida circulava, se fazia rica, múltipla), os relatórios da Vara da Infância e da Juventude, os relatos do Conselho Tutelar, os pareceres dos técnicos dos abrigos, todos falavam da carência, da violência, ignorando os efeitos que tais discursos produzem na criança, na família, na sociedade, nas políticas de atenção à criança e ao adolescente. Análises que pretendem neutralidade e imparcialidade, que desconhecem os restos de vida jogados fora, tratando-os como inexpressivos refugos. As práticas asilares, nas relações de poder que mantêm, sempre encontram critérios para desqualificar a pobreza e manter sua ação. O risco que abre possibilidades para o imprevisível não cabe nos laudos e pareceres, nem no abrigo. A pobreza transformada em risco revela-se múltipla no grupo de discussão.

No terceiro encontro, foi proposta uma discussão disparada por frases que expunham atitudes e situações dos serviços de acolhimento institucional, frases usualmente ditas pelos participantes do grupo, pelo Conselho Tutelar, pelo conselho dos direitos, pela Vara da Infância e Juventude; mas que ao serem escritas no papel por pesquisadores tomam outra dimensão. Às vezes machucam, mas não deixam calar.

Cada participante recebeu uma frase e comentou-a. Foram intensas discussões, mas o que ficou mais marcado foi o disfarce do cotidiano. Segundo os participantes, o dia a dia da criança abrigada é livre e múltiplo como o de qualquer outra criança. No entanto, com muita frequência, ela vive momentos de “disfarce” do cotidiano: limpo, arrumado, organizado, enquadrado, regrado, higiênico, vitrine para uma imagem de abrigo exemplar e merecedora dos recursos públicos (parece que só pode se investir nesta higienização, no “bonito”, no limpo, no que tenta parecer com o padrão burguês, que esteja de acordo com as normas higiênicas...). Algumas situações de incômodo são criadas, a partir do momento em que o serviço marca

diferenças drásticas entre a forma de ser cotidiana e o momento em que irá receber uma visita, principalmente quando esta envolve avaliação de recursos empregados – de um cotidiano “livre, leve e solto” passa-se a cobrar dos meninos certa aparência (cabelos penteados, roupas limpas, calçados nos pés), certo comportamento (falar com educação, portar-se com “modos”, não se agredirem, não correrem pelo pátio, não se sujarem, não se, não se...), produz-se um espetáculo para ser visto: todos passam, olham e só percebem o que querem ver, só veem meninos limpos e “bem cuidados”.

A queixa no grupo se fazia no sentido de que era difícil ser diferente, pois para sair da estrutura já montada, negar os caminhos impostos pelo sistema, há de se pagar um preço muito alto. Sawaia (2004) aponta que, por conta do medo, se aceita o cerceamento da liberdade, produzindo muitas vezes um discurso que legitima a dominação e a servidão. Acrescenta ainda o autor, que os homens expandem sua potência para a autopreservação quando promovem o encontro com o outro, na experiência ética, na possibilidade do movimento.

Algum tempo depois dos encontros, uma entidade que executava dois serviços de acolhimento institucional do município foi fechada por determinação judicial, e as crianças e adolescentes transferidos. Esta medida se deu a partir de encontros promovidos no Judiciário nos quais discutiam as práticas nos abrigos e, nestas ocasiões, veio à tona a grave violação de direitos. Ao problematizar as práticas instituídas, aumenta-se a vida, o movimento, supera-se o medo, ganha-se potência.

Nos encontros realizados, o grupo demonstrava prazer em estar junto discutindo a questão abrigo, a ponto de planejar a formação de um grupo permanente de debate, com encontros mensais, revezando os espaços físicos dos próprios serviços de acolhimento. Sendo assim, agendamos o encontro de restituição para ser realizado em um dos abrigos.

Na data marcada, compareceram apenas duas pessoas do próprio abrigo que nos acolhia. Demonstraram preocupação com a ausência das outras pessoas, acreditando que o fato se dava por conta da localização do abrigo, de difícil acesso. Havia uma preocupação em se desculpar por isso, como se elas fossem culpadas pelo pequeno número de pessoas ali reunidas. Considerando o esvaziamento contínuo dos grupos, é notório que o número de pessoas presentes não se devia ao local ou à “culpa” do abrigo, nos fazendo pensar sobre a facilidade com que o tempo inteiro se procura “culpados” para os acontecimentos.

Uma das técnicas desenvolvidas no dia provocou muitos risos e comentários cheios de duplo sentido. Tratava-se da propositura de se construir um serviço de acolhimento institucional utilizando-se para isso de massa de modelar: “O problema do abrigo é a base – tem que reconstruir, remontar”; “Olha! Ela acertou um educador e ele caiu”; “Está destruído, é a foto do momento”; “Põe uma coluna no meio para ver se sustenta, pois ele não quer ficar de pé!”. Em meio às brincadeiras, era visível que não falavam apenas da massinha que ia ganhando contornos, mas sim das formas-abrigo.

Hadler e Guareschi (2010), ao falar das “pedras” sobre as quais se ergueu a institucionalização juvenil, afirmam que determinadas linhas atravessam e sustentam sua existência, como o regime escravocrata no Brasil e a filantropia como resposta à desigualdade social brasileira. Mesmo sobre essas “bases”, percebe-se que o abrigo não é estático, que suas práticas/discursos se renovam, necessitam de “reconstrução”, de “remontagem”. Muitas vezes, contudo, estas reconstruções não rompem com as velhas práticas. Segundo Sawaia (2004, p. 31), esse “processo psicossocial é fertilizado em um corpo social decomposto pela desmesura do poder e favorece a criação de um círculo automantenedor, em que a causa permanece no efeito”. Por não suportar o sofrimento, a morte, a passagem de um território a outro, preferem acreditar que restam apenas essas “bases” para o acolhimento institucional, a acreditar que são servis a elas; preferem

culpabilizar o outro, torná-lo causa dos males vividos (pela falta de competência técnica, por exemplo) e sustentar o poder do tirano (colocando mais pilares para sua sustentação), a fortalecerem a potência coletiva, promotora de vida, de movimento.

Considerações finais

Confundiam-se os dados de Serra, dos Conselhos, das famílias e crianças, do Estatuto, da Vara da Infância e Juventude, da produção bibliográfica e de seus autores. Os dados não são classificáveis, pois heterogêneos e mutantes. Apontam para produções de abrigos que não cabem na lei – Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim, propomos aqui problematizar alguns sentidos que habitam os discursos de profissionais, de cidadãos, de todos nós e que evidenciam práticas cotidianas que reforçam certo modo de ser família, de ser criança, de classificar o risco remetido a uma classe. A essa classe “dos em risco”, lança-se um conjunto de estratégias a fim de se efetivar o que Castel (1987) chama de gestão dos riscos, ou seja, o cálculo, o controle e a prevenção dos riscos.

Para compor estratégias públicas, para que tantas políticas ditas públicas possam alcançar suas proposições, desfazer ou reconstituir outras, faz-se necessário “meter o dedo no bolo” e conhecer os ingredientes que constituem a massa, nos percebermos envolvidos nas construções sociais e que nada é um *a priori*. Também é necessário abandonar binarismos – como mocinhos e bandidos – e se ter clareza da proposta de atuação, como uma forma de questionar o cotidiano, formas aparentemente naturais de se trabalhar e de enxergar o outro. Pois as formas de ser e de estar atravessam o espaço da ação, seja pela palavra, pelo olhar, pelo tocar.

Risco pessoal existe? Quando uma criança é espancada e admite-se que esta sofreu um risco pessoal, identifica-se sua família como a violenta, a despreparada, a desqualificada, a incapaz de criar

filhos, a mais isso e mais aquilo, identificando o “mal”, localizando o perigo, possibilitando o isolamento. Há um fechamento sobre a família, culpabilizando-a, privatizando sua prática, como se ela fosse desvinculada de tudo o que se produz na sociedade. Enquanto isso, nada se discute da questão que produz essa violência: a produção de uma imagem na qual a criança não pode “aprontar”, não pode falar, não pode se expressar, não pode questionar, não pode aparecer. Há uma crença de que é o adulto (branco, estudado, homem e rico) quem manda e quem sabe o que é melhor para a criança; na qual a melhor forma de se educar é oferecendo correções físicas, na qual é a família a responsável pelo que a criança será no futuro, entre outras concepções e práticas que estão presentes na história da construção da infância. Faz-se ver violência doméstica e produzem-se ações sobre a situação sem, contudo, questionar os seus processos de produção e os seus efeitos. Resume-se a violência vivida ao que se relaciona com a família, como se esta, por sua vez, estivesse totalmente isolada da sociedade que a produz. Ou seja, são justificativas que perpassam todo o tecido social e, portanto, não acontecem somente na casa A ou B, não são de ordem pessoal, mas “trans-social”. As políticas públicas, por sua vez, com seus inúmeros serviços, projetos e programas, pouco – ou nada – trabalham o coletivo das forças das famílias. Estão esvaídas – políticas, famílias, crianças, adolescentes, conselhos – do cuidado ético.

O cuidado não cabe unicamente na vigilância ou nessa dita proteção ou tutela. Cuidar eticamente não é exercer poder sobre os outros. O cuidado deve ser, em primeiro lugar, de si mesmo, de conhecer-se e não se tornar escravo de seus desejos. Dessa forma:

(...) se sabe ontologicamente o que você é, se também sabe do que é capaz, se sabe o que é para você ser cidadão em uma cidade, ser dono da casa em um *oikos*, se sabe quais são as coisas das quais deve duvidar e aquelas das quais não deve duvidar, se sabe o que é conveniente esperar e quais são as coisas, pelo contrário, que devem ser para você completamente indiferentes, se sabe, enfim, que não deve ter medo da morte, pois bem, você não pode a partir deste momento abusar do seu poder sobre os outros (FOUCAULT, 2004, p. 272).

O cuidado de si assumir, assim, segundo Foucault (2004), a renúncia de si mesmo, e uma prática de liberdade, com a qual é possível ser ético. Como dizia uma trabalhadora social, durante o último encontro de construção de dados: “Para trabalhar nessa área tem que gostar de gente [do ser humano]; para lutar por alguém você precisa se conhecer, precisa conhecer esse alguém. Tem que visitar as famílias, tem que tocá-las, senti-las, possibilitar o contato sem nojo, discriminação, pré-conceito”.

O discurso sobre o risco é, antes de tudo, um discurso geral sobre os corpos que não nos convêm (e apenas indiretamente, por contragolpe, um discurso sobre os corpos que podem eventualmente nos convir) e, portanto, um discurso que comunica tristeza, promovendo afetos de diminuição da potência, tanto mais totalitário quanto nos damos conta de que várias destas condições de risco dizem respeito a aspectos de nossa vida “normal” (...) deixando-nos surdos e incapazes de perceber os canais de circulação de solidariedade, de confiança (no outro e na vida) e de alegria consistente (TEIXEIRA, 2005, p. 595).

Submetido em 24 de julho de 2012 e aceito para publicação em 05 de dezembro de 2012.

Referências

BAPTISTA, L. A. dos S. A fábula do garoto que quanto mais falava sumia sem deixar vestígios: cidade, cotidiano e poder. In: MACIEL, I. M. (Org.) *Psicologia e educação: novos caminhos para a formação*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2001. p 195-209.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Norma Operacional Básica – NOB/Suas*. Brasília, 2005.

CASTEL, R. *A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

COELHO, D. C. G. *Lobo em pele de cordeiro – manicômios do contemporâneo: uma contribuição para se pensar abrigos de crianças*. Serra-ES: Formar, 2007.

COIMBRA, C.; NASCIMENTO, M. L. do. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? *JOVENes: Revista de Estudos sobre Juventud* [online]. México, DF, ano 9, n. 22, p. 338-355, jan.-jun./2005.

_____. O efeito Foucault: desnaturalizando verdades, superando dicotomias. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* [online], v. 17, n. 3, p. 245-248, set-dez./2001.

_____. Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político? In: NASCIMENTO, M. L. do; ARANTES, E.; GALLI FONSECA, T. (Org.). *Práticas psi: inventando a vida*. Niterói: Eduff, 2007, p. 27-36.

FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos V: ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 264-287.

FUGANTI, Luiz. *A ética como potência e a moral como servidão*. Última atualização em 29/08/2009. Disponível em: <<http://www.oestrangeiro.net/esquizoanalise/51-a-etica-como-potencia-e-a-moral-como-servidao>>. Acessado em: 15/01/2010.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1999.

HADLER, O. H.; GUARESCHI, N. M. F. Nas trilhas do sujeito jovem: entre práticas de institucionalização e políticas públicas. *Mnemosine*. Departamento de Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Uerj [online]. V. 6, n. 1, p. 19-40, 2010.

HECKERT, A. L. C.; ARAGÃO, E. M. A.; BARROS, M. E. B. de; OLIVEIRA, S. P. de. Educação e movimentos sociais. In: BARROS, M. E. B. de. (Org.). *Psicologia e questões contemporâneas*. Vitória: Edufes, 1999.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *Psicologia Social* [online]. V. 19, n. 1, p. 15-22, 2007.

KASTRUP, V.; BARROS, R. B. Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da. (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 76-91.

RIZZINI, I.; PILOTTI, F. *A arte de governar crianças: a história das políticas*

sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

SAWAIA, B. B. Uma análise da violência pela filosofia da alegria: paradoxo, alienação ou otimismo ontológico crítico? In: SOUZA, L.; TRINDADE, Z. A. (Orgs.) *Violência e exclusão: convivendo com paradoxos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 21-42.

SILVA, E. R. A. da (Coord.). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: Ipea/Conanda, 2004. 416 p.

TASSARA, E. T. de O. Avaliação de projetos sociais: uma alternativa política de inclusão? In: SOUZA, L.; TRINDADE, Z. (Orgs.). *Violência e exclusão: convivendo com paradoxos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

TEIXEIRA, R. R. Humanização e Atenção Primária à Saúde. *Ciência Saúde Coletiva* [online]. V. 10, n. 3, p. 585- 598, 2005.